

O NEOPOSITIVISMO REGIONAL NA GEOGRAFIA HUMANA E OS (DES)INTERESSES PELA MACROESCALA

CÉLIO AUGUSTO DA CUNHA HORTA¹

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Pretende-se refletir sobre a disposição escalar da região na Geografia Humana na transição da “Geografia Clássica” para a “Nova Geografia”. Parte-se do pressuposto que durante o período hegemônico da “Nova Geografia” os estudos regionais vinculados à geografia econômica reforçaram a subnacionalidade atribuída à região, porém nos trabalhos regionais de geografia política podem ter predominado abordagens multiescalares.

Palavras-chave: Região; Nova Geografia; Macroescala.

THE REGIONAL NEOPOSITIVISM IN HUMAN GEOGRAPHY AND THE (DIS)INTERESTS BY MACRO-SCALE

Abstract: This paper addresses the regional scale in Human Geography in the transition from “Classical Geography” to “New Geography”. It is assumed that, during the hegemony of the “New Geography”, regional studies, associated with economic geography, strengthened the subnational understanding of the region. However, in regional and political geography multi-scale approaches may have been prevalent.

Key words: Region; New Geography; Macro-Scale.

Introdução

A categoria região, ainda que estudada e debatida na Geografia, permanece permeada de algumas insuficiências teóricas e metodológicas. Há, por exemplo, dúvidas sobre a sua coesão (interna) frente aos novos arranjos espaciais do capitalismo. Ademais, persiste um problema relacionado à dimensão escalar, pois a

¹Professor Adjunto do Departamento de Geografia da UFMG. Texto extraído (e modificado) da tese de doutorado *Geografia regional: um resgate teórico da macroescala* – orientada pela professora Ester Limonad e defendida na Universidade Federal Fluminense, em 11/11/2011.

região é concebida, muitas vezes, tão somente como uma circunscrição do espaço nacional - com variações da escala local (microrregião) até amplas extensões espaciais. Entretanto, paralelamente a esse reducionismo escalar, o “retorno da região nos anos 1980/90 ocorreu também numa outra escala, comumente menosprezada pela Geografia clássica, que valorizava, sobretudo, as meso-escalas intra-nacionais e supra-locais. Trata-se da escala internacional” (HAESBAERT, 2005, p. 14). Apesar dessa relativa retomada, parte-se do pressuposto de que a região em macroescala – como a “região internacional” – ainda comparece como uma “entidade estranha” no âmbito geral da Geografia Humana brasileira, situação merecedora de investigações.

No início do século XX, Alfred Hettner defendeu para a região um intervalo escalar – não muito maleável - entre o micro e o macro. Nessa concepção, os trabalhos regionais não se pautariam, por exemplo, na escala continental (grandes extensões) e nem na escala local (pequenas extensões espaciais). Portanto, para Hettner, exclusivamente a mesoescala (diferentemente da noção de escala intermediária) comporia as abordagens corológicas na Geografia. É provável que essa “máxima” “hettneriana” exerça, até hoje, a influência na Geografia Humana brasileira e contribua de alguma maneira com a (im)posição de limites escalares à região.

Apresentam-se, assim, neste artigo, os interesses pela (não) amplificação/flexibilização escalar da região na Geografia Humana durante a “transição” da “Geografia Clássica” (francesa e alemã, principalmente) para a “Nova Geografia”. Nesse caso, a Geografia Humana está representada, basicamente, por produções da geografia econômica e da geografia política, não desconhecendo a dificuldade de estabelecer com clareza o âmbito mais específico de cada uma no período correspondente. Todavia, pressupõe-se que no auge da “Nova Geografia” os estudos regionais vinculados mais estritamente à geografia econômica firmaram mais significativamente a subnacionalidade à região, porém, no campo da geografia política podem ter prevalecido abordagens regionais multiescalares.

Região (econômica) nomotética no escopo dos planos nacionais

Há o “consenso geográfico” de que os trabalhos da “Nova Geografia” nas décadas de 1950/1960 se caracterizaram por conceber a região de maneira distinta das produções geográficas anteriores (período clássico). Desde então, se tornaram hegemônicas as abordagens em torno da “região nomotética”², no entanto, entende-

² O termo *região nomotética* está referenciado no conceito de região funcional de Richard Hartshorne. A região formal, para Hartshorne (1978), se aproxima da concepção de região homogênea (com os vários componentes geográficos internos que manifestam sua coerência relativa). Já a região funcional, está mais inclinada às abordagens nomotéticas, assim, para Hartshorne (1978, p. 144), “a região

se que permaneceram restritos os estudos regionais macroescalares. Roberto Lobato Corrêa (1995, p. 17-18 e 39) estabelece correlação entre o contexto do pós-guerra e as novas formulações regionais:

Uma nova divisão social e territorial do trabalho é posta em ação, envolvendo introdução e difusão de novas culturas, industrialização, urbanização (...). As regiões elaboradas anteriormente à guerra são desfeitas (...). Estas transformações inviabilizaram os paradigmas tradicionais da geografia (...) a região adquire, junto à sua inexistência como entidade concreta, o sentido de padrão espacial.

De acordo com Meri Lourdes Bezzi (2004, p.102-103), neste novo contexto de “expansão do capital monopolista em nível internacional e intranacional” tem-se que “o conceito de região necessitou ser ‘reelaborado’, ‘recriado’, ‘repensado’ (...) a fim de atender às transformações políticas, econômicas, sociais e intelectuais que se impunham” (BEZZI, 2004, p.104). E acrescenta:

a questão epistemológica entre Hartshorne e Schaefer funcionou como um gatilho para o aprofundamento da questão regional, que depois vai emergir em um novo contexto, por meio da Nova Geografia, consolidada a partir dos anos sessenta com as obras de Bunge e Harvey, principalmente (BEZZI, 2004, p. 116).

Schaefer (1953) reconhece a indissociabilidade³ metodológica das geografias regional e sistemática (HAESBAERT, 2010, p. 43) e discorda da concepção corológica de Hartshorne. Schaefer (1953) afirma que Hartshorne (1939), apesar de crítico da abordagem metodológica da geografia regional clássica (considerada por ele como excessivamente descritiva e “ingênua”), colocava-se, contudo, favorável à perspectiva idiográfica na geografia. Cabe ressaltar, todavia, que Hartshorne (1959), posteriormente⁴, atribuirá a necessidade de aplicação dos princípios nomotéticos aos

funcional não é uma generalização descritiva do caráter de uma área, mas a expressão de uma teoria de relações e processos, uma generalização em sentido lógico.”

³ Segundo Schaefer (1953, p. 26), “não existe, na realidade, conflito ou oposição entre os aspectos descritivos e sistemáticos da geografia”; destaca, ainda, que Hettner (1907) defendia “tanto a concepção idiográfica quanto a nomotética da geografia e, com toda a complexidade e sutileza de seu pensamento, não conseguiu integrá-las.”

⁴ Quanto ao pensamento de Hartshorne persistem, talvez, algumas confusões epistemológicas: afinal, existe um Hartshorne antes e um outro após as críticas de Schaefer (1953)? Há diferenças significativas entre “A Natureza da Geografia” (1939) e “Propósitos e Natureza da Geografia” (1959)?

“(…) Hartshorne não é apenas um portador da tradição clássica em nossa disciplina, porque o padrão espacial é uma preocupação básica dos modernos, através da construção dos modelos.” (Armando Corrêa da Silva na nota de edição de Propósitos e Natureza da Geografia; HARTSHORNE, 1978).

estudos regionais da geografia: a análise e interpretação dos fenômenos regionais “exige o emprego de conceitos genéricos”⁵ (HARTSHORNE, 1978, p 169).

Paul Claval (1978) salienta que a Geografia praticada desde o início do século XX não conseguia responder mais aos problemas universais do pós-guerra, como o subdesenvolvimento, a poluição etc. Segundo o autor, o “seu ritmo lento e muito descritivo” se apresentava como inapropriado frente aos emergentes desafios e à “geografia regional tradicional”, da mesma maneira, também se mostrava inadequada diante dos novos problemas e demandas do mundo (CLAVAL, 1978, p. 8).

Claval (1978, p. 10) ressalta, ainda, que mesmo antes da Segunda Grande Guerra a Teoria dos Lugares Centrais, desenvolvida por Walter Christaller (1933), foi recusada pelos “defensores da velha geografia”. Entretanto, conforme Antônio Carlos Robert de Moraes (1987), em razão da crise de superprodução do capitalismo de 1929, da necessidade de novos planejamentos, dentre outras situações próprias do contexto que se configurava, a renovação na Geografia se tornou “inevitável” e, por conseguinte, a eclosão da Nova Geografia. Segundo Moraes (1987, pp. 96-97), as abordagens geográficas predominantes explicavam, basicamente,

(...) situações simples, quadros locais fechados, não conseguiam apreender a complexidade da organização atual do espaço. O instrumental elaborado para explicar comunidades locais não conseguia apreender o espaço da economia mundial. Estabelece-se uma crise de linguagem, de metodologia de pesquisa.

Sobre a ascensão da “Escola anglo-saxônica”, Ruy Moreira (1992, p.43) assinala que a sua “rápida e ampla mundialização revelam o substrato que lhe dá substância: a mundialização do capital. Sua origem nos Estados Unidos revela seu caráter mais preciso: a hegemonia do capitalismo americano (...)”. Na comparação metodológica entre a “velha” e a Nova Geografia, Moreira (1992, pp.44 e 46) afirma que

(...) Em vez da descrição da morfologia da paisagem, toma seu lugar uma rigorosa tipologia de padrões espaciais (...). Em vez da descrição subjetiva, toma seu lugar a objetividade descritiva da linguagem matemática (...).

Os geógrafos vinculados à Geografia Teorética, portanto, tinham - não exclusivamente - por referência metodológica, a identificação e aplicação de princípios gerais que se manifestavam espacialmente de maneira recorrente e, de

⁵ “Consequentemente, como afirmou Hettner há mais de cinquenta anos, o progresso científico, em Geografia, depende da elaboração de conceitos genéricos (...)” (HARTSHORNE, 1978, p.169-170). “Até mesmo o estudo de uma única área poderá sugerir certas hipótese aplicáveis a outras situações.” (*op. cit.*, p.172).

certo modo, de forma previsível. Assim, determinadas leis universais – muitas vezes passíveis de modelação – deveriam permitir análises (de fenômenos) espaciais em micro e meso escalas (preferencialmente) com a expectativa, inclusive, de regionalização desses fenômenos. Segundo Sandra Lencioni (2000, p. 134), “desenvolveu-se uma íntima relação entre os estudos regionais e o planejamento regional (...) a região se tornou um instrumento técnico-operacional, a partir do qual se procurou organizar o espaço.” O uso (e não o abuso) de técnicas quantitativas para interpretação dos processos espaciais possui importância metodológica, mas, frequentemente, houve confusão dos geógrafos entre os meios e os fins. Para Milton Santos (1978, p. 91), essa nova “corrente de pensamento” ao destemporalizar e pulverizar a região, o lugar ou o território tornava “a geografia viúva do espaço”.

Há, contudo, desenvolvimento da análise regional na Geografia. Bezzi (2004, p. 121) salienta que o “uso de métodos estatísticos tornou possível uma colocação mais precisa dos níveis de desigualdades, principalmente territoriais”, procedimento que segunda a autora “foi decisivo para uma reviravolta conceitual na própria Geografia.” Nesse período, os “dois modelos mais importantes de desenvolvimento da renda inter-regional – os de Myrdal e Hirschmann – atraíram considerável atenção desde a sua formulação (...)” (KEEBLE, 1975, p. 89).

Porém, vários estudos geográficos reduziram a região à classe de área, ou seja, a região fora concebida, não raramente, como uma mera resultante de uma classificação obediente aos critérios normativos, mas, que variavam conforme a definição dos objetivos da pesquisa geográfica. Não obstante, para Paulo Cesar da Costa Gomes (1995, p. 63),

O estabelecimento de regiões passa a ser uma técnica da geografia, um meio para demonstração de uma hipótese e não mais um produto final do trabalho de pesquisa. (...) As divisões não são definitivas, nem pretendem inscrever a totalidade da diversidade espacial, elas devem simplesmente contribuir para um certo entendimento de um problema, colaborar em uma dada explicação.

Espaço nacional: escala prioritária da região?

Cristina Valenzuela (2004) assinala que a região, de acordo com os parâmetros da Nova Geografia, é uma categoria espacial multiescalar que permite classificar o espaço geográfico segundo critérios quantitativos conforme, inclusive, sua funcionalidade e homogeneidade. Segundo a autora, nessa perspectiva a região é “una realidad observable a diferentes escalas, en cuanto áreas organizadas por los grupos humanos y dotadas de una cierta cohesión. Según esto, cualquier punto del

espacio podrá insertarse en regiones diversas según la escala que se considere" (VALENZUELA, 2004, s. p.). Afirma que a Nova Geografía, ao concentrar-se

(...) en la organización formal, estructural y en muchos casos abstracta, del espacio relativo, con metodologías hipotética-deductiva o inductiva probabilística, para la búsqueda del orden en el espacio y los modelos de organización espacial, osciló entre las escalas regional y mundial, primordialmente. (VALENZUELA, 2004, s. p.).

Importa saber se esta transversalidade escalar regional, apontada pela autora, possui respaldo nos tratados epistemológicos da Geografia. Para Bezzi (2004, p. 171), a região na Nova Geografia foi inserida na lógica do sistema econômico para o planejamento (nacional,⁶ principalmente), assim, “duas abordagens tiveram especial destaque: a das regiões homogêneas e a das regiões funcionais ou polarizadas”. Trabalhos de geografia regional e urbana ou de geografia econômica regional, por exemplo, corresponderam, muitas vezes, aos propósitos de determinados planejamentos estatais em escalas diferentes (intraurbanos, inter-regionais etc.), porém, a maioria circunscrita aos limites nacionais. Nessa perspectiva, a região na Nova Geografia foi concebida, predominantemente, como um subespaço de um sistema nacional quase fechado (o que exprime parcial influência da Teoria Geral dos Sistemas). O princípio de coesão espacial foi também reforçado para exercício de delimitação regional. Associações entre região e organização espacial se tornam mais efetivas e apesar da manutenção na noção de *síntese* geográfica, a *análise* regional se desenvolveu na Geografia.

Ademais, sobre a transversalidade escalar apontada por Valenzuela (2004), no âmbito da Nova Geografia, deve-se atentar para as colocações de D. E. Keeble (1975) ao relacioná-la com os modelos de desenvolvimento econômico. Inicialmente, porém, Keeble destaca a “falta de interesse entre os geógrafos pelo estudo do fenômeno do ‘desenvolvimento econômico’ (...)” e considera que “o fundamento deste desinteresse aparente” é complexo, mas que “a preocupação tradicional da geografia com a individualidade e singularidade dos diferentes países e áreas – isto é, no enfoque ‘ideográfico’ – (...) deve certamente ter desempenhado alguma importância.” (KEEBLE, 1975, p. 72). Posteriormente, Keeble (1975, p.74) enfatiza o “enfoque nomológico da economia” e a construção de modelos baseados, em grande medida, no “grupo de escala-chave”, o espaço nacional. Segundo Keeble (1975, p. 76), as unidades-estado ostentariam, em geral, um alto nível de homogeneidade econômica interna, assim,

⁶ Talvez seja interessante investigar se ainda hoje os trabalhos regionais da Geografia Teórica se colocam, na prática, de maneira menos restritiva, do ponto de vista escalar.

Em escalas maiores do que a unidade nacional, contudo, isto é, escalas continentais e mundiais que se incluem no grupo supranacional – a homogeneidade interna e o grau de abertura se tornam muito menores (...) na escala subnacional, o sistema econômico torna-se mais aberto (...) enquanto que o nível de homogeneidade interna pode também, elevar-se.

Keeble (1975, p. 76), portanto, defende para a (Nova) Geografia estudos regionais nomotéticos, mas circunscritos preferencialmente na escala nacional: “(...) parece mais realista organizar o desdobramento da escala em termos de unidades nacionais (e subdivisões ou combinações destas) do que em termos de algum índice absoluto de escala, tais como os propostos por Haggett, Chorley e Storddart (1965)”.

As colocações de Keeble (1975) sugerem uma pré-definição escalar para os estudos regionais, o que, de certa forma, corrobora com a suspeita de um relativo desinteresse da Nova Geografia (no campo da economia regional) pela macrorregião. Todavia, no geral, a Nova Geografia, por influência relativa de Hettner e de Hartshorne, “aprisionaria” os estudos “regionais nomotéticos” à escala subnacional? Essa opção metodológica da (Nova) Geografia regional (e econômica) pela escala subnacional desconsideraria, em parte, outras elaborações, como as de “Prebisch (1950 e 1959), que aperfeiçoou o que pode ser chamado de modelo ‘centro-periférico’ de desenvolvimento econômico internacional”, pois, “este modelo centro-periférico (...) é aplicável não só em escala mundial como continental.” (KEEBLE, 1975, pp.98-99).

Ao considerar que os “modelos em escala subnacional”, como o “conceito multiplicador regional” (KEEBLE, 1975, p.102), tenham prevalecido nesse campo específico da (Nova) Geografia, permanece a dúvida se esse procedimento metodológico, de alguma maneira, contribuiu para a escassez de trabalhos relacionados às teorias do tipo centro-periferia (ou mesmo para a invisibilidade das abordagens teóricas sobre o imperialismo). Desta forma, mantivera-se, no decorrer desse período, a camuflagem do Imperialismo nos estudos geográficos? As pesquisas de Geografia Econômica e/ou de Geografia Política optaram por não abordar as (conflituosas) relações internacionais do período?

A respeito de que na Nova Geografia as abordagens regionais em escala nacional prevaleceram, Keeble (1975, p.108) assinala, então, que a “análise do mecanismo de expansão interna de um pólo de crescimento está intimamente ligada ao trabalho de Perroux” e que esta perspectiva, portanto, foi amplamente considerada no planejamento das economias e dos territórios nacionais (terceiro-mundistas, principalmente). Nesse sentido, Ariovaldo de Oliveira (1984, p. 28) salienta que,

Durante os anos sessenta os problemas regionais ganharam destaque no conjunto dos temas tratados pela Geografia em particular, e pelas ciências sociais em geral. Nesse processo, o conceito de pólos de desenvolvimento ganhou uma posição de

destaque que, culminou com sua colocação na posição central das análises das estratégias de desenvolvimento regional, nacional e supra-nacional, chegando mesmo, a ser utilizado inclusive como categoria para a análise histórica das várias formações sociais latino-americanas.

Oliveira (1984, p.24) destaca que nesse período “o capital internacional se realizava ‘regionalizando-se’ (...)”, ou seja, a internacionalização das economias nacionais se concretizava via polos regionais, tanto em países do centro como nos chamados países subdesenvolvidos. Assim, segundo o autor, “a teoria de polarização de François Perroux, que na França, já estava definitivamente incorporada à geografia ativa a-criticamente” foi, desde então, “também incorporada à produção do saber geográfico regional no Brasil.” (OLIVEIRA, 1984, p. 28).

Wanderley Messias da Costa (1992) ressalta que, dentre os generais brasileiros obstinados na construção de um “Brasil Potência”, Meira Mattos, por exemplo, se baseava na teoria dos polos de crescimento. Para Costa (1992, p. 219), um “dos aspectos interessantes do seu ‘depoimento’ é o seu comentário sobre a aplicação da teoria da polarização de F. Perroux nos projetos de ocupação amazônica (...)”. E sobre os polos agroindustriais e minero-metalúrgicos, o autor acrescenta que “de fato, boa parte dos ‘planos’ implementados na região obedeceu à estratégia dos ‘pólos’ e sua adaptação a situações como a da Amazônia e do Nordeste (...)” (COSTA, 1992, p. 219).

Geografia política e regional do pós-guerra: escola e escala de dominação?

A “idealização” da região (econômica) e a ideologização do regional na Geografia Teorético-Quantitativa constituíram fundamentos valiosos para os planejamentos espaciais (nacionais) desenvolvimentistas. Paralelamente, na geografia política estadunidense, se manifestaram interesses específicos pelos estudos regionais; porém, nesse caso, houve “incentivo”, inclusive, às elaborações macroescalares (pesquisas em escala internacional e mundial). Costa (1992, p. 245) salienta que de 1945 “até meados dos anos 70, esse campo de estudos geográficos tornou-se quase um monopólio dos norte-americanos”. Dessa forma, no escopo da Nova Geografia e da (des)ordem da Guerra Fria alguns geógrafos norte-americanos produziram trabalhos que refletiam o próprio contexto:

Derrotados o nazismo, o fascismo e o império japonês, emergia da Segunda Guerra um mundo dividido sob as esferas de influência das duas superpotências (...) Os EUA tornavam-se os guardiões do “Ocidente livre”, dos valores do liberalismo e do sistema capitalista internacional. (...) Essa nova “responsabilidade” em escala mundial alterou a geopolítica global

e repercutiu fortemente nas análises sobre a situação internacional. (...) Os norte-americanos (...) recuperaram e deram “status” acadêmico e científico à geografia política, na melhor tradição de Bowman, Whittlesey e Hartshorne (...). (COSTA, pp. 231-232).

Costa (1992, p. 232) assinala, ainda, que fora banida na Nova Geografia norte-americana “a geopolítica instrumental de inspiração alemã (Haushofer) ou mesmo norte-americana (Spykman)”, mas, afirma que a mesma se tornou “instrumento pseudocientífico para formulações de políticas de poder autoritárias em países do Terceiro Mundo (como o Brasil e a Argentina), praticamente restrita aos círculos militares.” (COSTA, 1992, p.230). Costa (1992, p. 214) considera, por exemplo, que o general Golbery do Couto e Silva sofisticou “a análise geopolítica brasileira, concebendo-a como instrumento simultaneamente político, militar e especificamente territorial.” Segundo o autor, Golbery formulou as bases conceituais do alinhamento estratégico (e ideológico) do Brasil com os Estados Unidos e “como estrategista da abertura ‘consentida’ pelo regime militar, demonstrou que, em sua trajetória, tal como Mackinder e Spykman, o seu ponto de partida e seus alvos principais encontravam-se na política, em particular na *política de poder* (...)” (COSTA, 1992, p. 214).⁷

Joan Nogué Font e Joan Vicente Rufí (2006, p. 83) assinalam que geógrafos e militares latino-americanos, “pelo menos a partir dos anos cinquenta, tiveram inspiração na geopolítica norte-americana, por um lado, e, por outro, na escola da *Geopolitik* (...)”. Afirmando também que na Espanha, sob o regime franquista, “a geografia política espanhola, como a da maioria dos países, debilitou-se, mantendo-se apenas em círculos militares” (FONT & RUFÍ, 2006, p. 88).

Não obstante a perspectiva multiescalar desses trabalhos, muitas das abordagens regionais macroescalares da Nova Geografia mantiveram (ou “aperfeiçoaram”), estruturalmente, determinados princípios metodológicos das “escolas clássicas” da Geografia e da Geopolítica. Instituídos de valores nada libertários, muitos desses trabalhos firmaram, assim, novos encontros entre as “velhas escolas” e as escalas

⁷ Para Costa (1992, p. 208), “Golbery coloca-se, assim, como o *interlocutor local de Spykman*, respondendo positivamente aos apelos de 1942 do geopolítico norte-americano (...)”. E, sobre o general Travassos, afirma que “na mais pura tradição inaugurada por Mackinder, Travassos empresta ao chamado ‘poder nacional’ uma dimensão nova no contexto da geopolítica brasileira” (COSTA, 1992, p. 206).

internacional e mundial.⁸

No entanto, Costa (1992) avalia que algumas produções dessa época não se curvaram aos “interesses capitais” e nem ao novo imperialismo que se configurava (mesmo os trabalhos em escala macro). O autor ressalta, por exemplo, pesquisas focalizadas nas organizações supranacionais, no sistema federativo, no regionalismo etc. como as de K. W. Robinson (*Sixty Years of Federation in Austrália*, 1961), de Lucile Carlson (*Geography and World Politics*, 1958), de Harm Blij (*Sistematic Political Geography*, 1967) e de Stephen Jones (*A Unified Field Theory of Political Geography*, 1952), inspirada talvez em Hartshorne (1952) - *Desenvolvimentos Recentes na Geografia Política*. Provavelmente, esses trabalhos de caráter mais específico (temático) ou de cunho mais epistemológico apresentam diferenças em relação às elaborações de Saul B. Cohen (*Geography and Politics in a World Divided*, 1963) e de Jean Gottman (*La politique des États et leur géographie*, 1952), mas, mesmo assim, permanece a dúvida em torno do grau de comprometimento ideológico de cada um.

“Geografia Ativa” regional, geografia regional socialista...

Lencioni (2000) acrescenta que os geógrafos constituintes da Geografia Ativa elaboraram denúncias e críticas aos vários trabalhos da Nova Geografia. As críticas se relacionavam ao papel político desses geógrafos e também às geopolíticas estatais correspondentes. Questionava-se, assim, as posturas funcionalistas que reduziam a região (e/ou o exercício de regionalização) a um mero aparato estatístico-institucional voltado aos interesses mercadológicos e particularistas ou, conforme Lencioni (2000), esses geógrafos refutavam os trabalhos (e atitudes) da Nova Geografia que esbarravam na “ilusão tecnocrática”.

Oliveira (1984, p.26), por sua vez, critica a onda de planejamento estatal que envolvia a “Geografia Ativa da região” na França e no Brasil, pois “os geógrafos passaram a fazer algo como uma Geografia do capital, aliás, como sempre fizeram desde que deram estatuto científico à geografia” (OLIVEIRA, 1984, p. 28). Ressalta a convergência entre a intensificação do processo de internacionalização do capital e a organização de novos espaços regionais, como nas ex-colônias francesas:

⁸ Muitos dos trabalhos regionais macroescalares de Geografia Política (e de Geopolítica) - tanto no período clássico como no da Nova Geografia – se inclinaram aos interesses hegemônicos das elites dominantes e/ou foram conduzidos “para fazer a guerra” etc. Mas por meio dessa constatação deve-se, então, atribuir aos trabalhos geográficos macroescalares uma propensão “intrínseca” à dominação? Entende-se que as predileções ideológicas se relacionam muito mais com os objetivos (e métodos) de trabalho do que propriamente com a demarcação escalar. Assim, parece impertinente vincular mecanicamente “dominação” e macroescala (ou liberdade e microescala). Todavia, há indícios de que vem ocorrendo na “Geografia Política Renovada” um desuso generalizado do macro e, em contrapartida, a predominância da microescala.

“preparava-se um arsenal ideológico para garantir a dominação econômica sobre as ex-colônias francesas” (OLIVEIRA, 1984, p.32).

Uma posição aparentemente difícil e contraditória da geografia ativa regional francesa se revela na qualificação da “geografia aplicada”. Conforme José Borzacchiello da Silva (2012, p. 109), os geógrafos da “Geografia Ativa” reuniam ideais provenientes do tempo de militância no Partido Comunista Francês e preocupações (até então recentes) pelo “reconhecimento da geografia enquanto saber científico com o estatuto da aplicabilidade”⁹. Neste sentido, em que termos este apelo ao desenvolvimento institucional de pesquisas geográficas – estudos regionais e urbanos, preferencialmente – se diferenciaria da produção aplicada da Nova Geografia? Não por acaso, que Yves Lacoste, nesse período,¹⁰ expôs sua visão sobre as complexas conexões entre os “poderes” (como dos “grandes aparelhos de Estados”) e as pesquisas geográficas aplicadas. E como ilustre representante da “Geografia Ativa”, ressalte-se, segundo Silva (2012, p. 112), que

A presença de Lacoste na Geografia Ativa é marcante. O autor constrói seu percurso apoiado nos temas Terceiro Mundo e Subdesenvolvimento, subsídios para a Geopolítica, assunto preferencial ao qual se dedicou mais tarde e que hoje consiste na base de suas formulações em Geografia.

Em relação à “postura” da geografia política e regional soviética, Font e Rufí (2006, p. 82) mencionam que “a nova condição de potência mundial a partir da Segunda Guerra Mundial” obrigou a ex-URSS “a adotar novas atitudes e cosmovisões,” por meio “da ‘Geografia Política Militar’ (ROMER, 1987)”. Segundo os autores, “estas resoluções, em seus aspectos finais,” não diferenciaram “excessivamente das que foram tomadas pelos Estados Unidos até o final da Guerra Fria.” (FONT & RUFÍ, 2006, p. 82).

Horieste Gomes (1984, p.119) assinala que nos “países socialistas o aproveitamento da mão-de-obra especializada no âmbito da ciência geográfica” estava “intrinsecamente vinculado ao planejamento no tocante ao desenvolvimento econômico-social dos respectivos países”. Lembra, ainda, que, anteriormente ao desmembramento da URSS (1991), a Polônia, por exemplo, absorvia mais de 70% dos graduados em Geografia nos seus Institutos de Investigação de Ensino Superior e nos Serviços de Planificação. Segundo o autor, na ex-União Soviética, em vez de cursos de Geografia, havia em todas as Repúblicas da Federação faculdades de

⁹ Pierre George (citado por SILVA, 2012, pp. 108-109), num discurso de época, assinalava: “(...) Parece seguramente desejável (...) um organismo com dupla vocação de pesquisa fundamental e formação geográfica chamado (...) a colaborar em empreendimentos de planejamento regional ou urbano ou de estudos de mercado comparável ao Centro de Estudos Sociológicos do Centro Nacional de Pesquisa Científica (...)”

¹⁰ A primeira edição francesa de sua obra *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra* data, precisamente, de 1976; a segunda edição (francesa) revisada é de 1982.

Geografia, o que demonstrava o valor e interesse que a “Geografia científica” representava, bem como o apoio que recebia da parte das autoridades governamentais (GOMES, 1984, pp. 119-120).

No caso soviético, é provável que as “regiões quantitativas” adquiriram, de uma forma ou de outra, relevância no decorrer dos planos quinquenais em razão das políticas de regionalização econômica da ex-URSS. Cabe, assim, especular sobre a adoção de alguns princípios (e de algumas técnicas) semelhantes aos da Nova Geografia “saxônica”. Para Pokshishevski (1974), o conceito de *complexo territorial de produção* (CTP), desenvolvido pelo geógrafo soviético Kolosovski, contribuiu significativamente para a regionalização das zonas econômicas da ex-URSS. Conforme Pokshishevsk (1974, p.117), as características territoriais, os planos quinquenais e as perspectivas gerais de fomento à economia soviética embasavam os órgãos de planificação que tinham o intento da regionalização econômica. Por conseguinte, para efetuar a planificação territorial era preciso fundamentar cientificamente os limites das regiões dentro dos quais se desenvolviam os CTPs.¹¹

Contudo, paralelamente às produções da Nova Geografia, persistiram, principalmente na França, elaborações tradicionais que transitavam ou não para uma “geografia mais ativa”. Várias dessas obras se direcionavam ao estudo de países ou regiões. Mais próximo das sínteses geográficas,¹² foram publicadas, por exemplo, a *Geografia da Índia* de François Duran-Dantès (1965), a *Geografia da França* de René Clozier (1968), a *Geografia da América do Sul* de Michel Rochefort (1968), *O Brasil* de Pierre Monbeig (1969), e a *Geografia dos Bálcãs* de André Blanc (1971), dentre outras.¹³

Diferentemente (mas nem tanto) dessas sínteses, Pierre George publicou vários livros, como *Geografia Social do Mundo* (1969), *Geografia do Consumo* (1971) e, em 1972, o seu livro *Geografia Agrícola do Mundo* alcançava a sexta edição no Brasil. Em 1961, Yves Lacoste lançou *Os Países Subdesenvolvidos* e, em 1977, por exemplo, ganhava maior difusão o livro *Geografia Econômica do Mundo* (segunda edição em espanhol) de K. Spidchenko, geógrafo e economista soviético. Encontra-se nesse grupo um diálogo mais vertical entre a Geografia Geral e a Geografia Regional e, metodologicamente, parece que o corte temático (ex: consumo mundial, no livro de George) dessas obras “corroborou” com perspectivas regionais mais analíticas, conforme sinalizações de Hartshorne (1978).

¹¹ “O plano de caracterização econômico-geográfica de uma região foi elaborado por N. I. Baránski, o maior especialista soviético em geografia econômica.” (CTROEV et. al., 1983, p. 87). Segundo Pierre George (1970, pp. 118-119), a *rayonirovania* (divisão regional racional) dos geógrafos e economistas soviéticos se preocupava em “criar por toda parte regiões de economia completa”, autossuficientes.

¹² Esses trabalhos preservaram nas suas estruturas as clássicas repartições sucessivas: meio natural, povoamento, aspectos demográficos, economia, sub-regiões etc.

¹³ Essas publicações, em grande maioria, compõem a Coleção *Que sais-je?* (*Press Universtaires de France*) e, na versão brasileira, a Coleção Saber Atual (Difusão Europeia do Livro).

Considerações Finais

Os trabalhos regionais da Nova Geografia incidiram na relativa desvalorização da “região idiográfica”. Desde então, passaram a predominar as “regiões nomotéticas” - ou recortes espaciais mais ou menos próximos dessa concepção. Dessa forma, a “região personalidade” na Geografia Humana foi, em geral, substituída pela “região sem identidade” (HAESBAERT, 2005, p. 11). Mas, talvez seja mais correto, conceitualmente, caracterizar as produções regionais da Nova Geografia como “seminomotéticas”, já que em muitas situações essas regiões foram apenas parcialmente formuladas de acordo com as proposições de Hartshorne, ou então foram reduzidas à classe-área. De qualquer modo, metodologicamente, a “região funcional-quantitativa” respondia mais adequadamente às novas exigências de planejamento capitalista e, de certa maneira, se apresentava também como uma “ferramenta”¹⁴ útil aos interesses geopolíticos e socioespaciais do socialismo real.

Nesse período, os estudos regionais destinados ao planejamento econômico do espaço nacional adquiriram, de fato, notoriedade. Todavia, esse movimento pode ter reforçado a noção (geral) de que a região está invariavelmente “submetida” a essa única escala geográfica. Por outro lado, a escala internacional constituiu o escopo de determinados trabalhos de geografia política e regional, mas, essas produções, ao que tudo indica, não obtiveram a mesma visibilidade acadêmica.

Contudo, em ambos os casos, os objetivos de controle e ordenamento espacial (bem como alguns procedimentos nomotéticos) pautaram, grosso modo, o desenho das novas regiões geográficas na (des)ordem geopolítica da Guerra Fria. O “modo fordista de regulação e acumulação” se reproduziu nas estruturas regionais dos territórios nacionais segundo a lógica do capitalismo desigual-combinado e, não obstante, parece sugestivo avaliar o engajamento do “socialismo taylorista” na consecução de regiões nomotéticas. Saliente-se, ainda, que vários dos tratados regionais de geografia política (ou de geopolítica), muitos multiescalares, se aprofundaram nos propósitos de dominação.

Por fim, ainda sobre a problemática região-escala, Milton Santos (1997, p. 272) assinala que a “situação intermediária entre o Mundo e o país é dada pelas regiões supranacionais, e a situação intermediária entre o país e o lugar são as regiões infranacionais, subespaços legais ou históricos”. Entende-se, assim, que “não é a escala que faz a região, mas a regionalização (enquanto ação ao mesmo tempo concreta e abstrata de criação de regiões) que define a escala a ser priorizada” (HAESBAERT, 2010, p. 155).

¹⁴ Sobre a região como “fato e ferramenta”, ver Ana Clara Torres Ribeiro (2004); região como *Artefato*, ver Rogério Haesbaert (2005).

Bibliografia

- BEZZI, M. L. (2004) *Região: uma (Re)visão Historiográfica – da Gênese aos Novos Paradigmas*. Santa Maria: UFSM.
- CLAVAL, P. (1978) *A Nova Geografia*. Portugal/Coimbra: Livraria Almedina.
- CORRÊA, R. L. (1995) *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática.
- COSTA, W. M. (1992) *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Hucitec/USP.
- CTROEV, K.; et. al. (1983) *Geografia da URSS*. Moscou: Progresso.
- FONT, J. N. & RUFÍ, J. F. (2006) *Geopolítica, Identidade e Globalização*. São Paulo: Annablume.
- GEORGE, P. (1970) *Geografia da URSS*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- GOMES, H. (1984) Geografia e Planejamento. In: *Boletim Paulista de Geografia*. nº 61, 2º sem. São Paulo: AGB. pp. 119-132.
- GOMES, P. C. (1995) O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO I.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. pp.49-76.
- HAESBAERT, R. (2010) *Regional-Global*. – Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. (2005) Morte e vida da região. Antigos paradigmas e novas perspectivas da Geografia Regional. In: SPOSITO, E. (Org.). *Produção do espaço e redefinição regionais: a construção de uma temática*. Presidente Prudente: UNESP. pp. 9-33.
- HARTSHORNE, R. (1978) *Propósitos e Natureza da Geografia*. 2. Ed. São Paulo: Hucitec/USP.
- KEEBLE, D. E. (1975) Modelos de Desenvolvimento Econômico. In: CHORLEY, R.; HAGGETT, P. (Coord.). *Modelos Sócio-econômicos em Geografia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: USP. pp. 72-123.
- LACOSTE, Y. (1997) *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 4. ed. São Paulo: Papirus.
- LENCIONI, S.(2000) *Região e geografia*. São Paulo: Edusp.
- MORAES, A.C.R. (1987) *Geografia – Pequena História Crítica*. 6. ed São Paulo: Hucitec.
- MOREIRA, R. (1992) *O que é Geografia*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense.
- OLIVEIRA, A. U. (1984) O Modo Capitalista de Pensar e suas “Soluções Desenvolvimentistas” para os Desequilíbrios Regionais do Brasil: reflexões iniciais. *Revista do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo*, nº 3. São Paulo: USP. pp. 21-36.
- POKSHISHEVSKI, V. (1974) *Geografia de la Union Sovietica – naturaleza, poblacion, economia*. Moscou: Progresso.
- RIBEIRO, A.C.T. (2004) Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, E., HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org.) *Brasil Século XXI – Por uma nova regionalização? Agentes, processos, escalas*. São Paulo: Max Limonad. pp.194-220.

SANTOS, M. (1997) *A Natureza do Espaço. – Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec.

_____. (1978) *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec/USP.

SCHAEFER, F. (1977) O Excepcionalismo em Geografia: um estudo metodológico. In: *Boletim de Geografia Teorética*, v.7, n°13, Rio Claro/SP: Ageteo. pp. 5-37.

SILVA, J. B. (2012) *França e a Escola Brasileira de Geografia: verso e reverso*. Fortaleza: Edições UFC.

VALENZUELA, C. (2004) Reflexiones sobre la Dialéctica de Escalas en el Examen de los Procesos de Desarrollo Geográfico Desigual. In: *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales (Serie documental de GEO CRÍTICA)*. Universidad de Barcelona, vol. IX, n° 552. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-552.htm>>. Acessado em 25 mar. 2011.

Data de submissão: 25/06/2015.

Data de aceite: 27/09/2015.